Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1930.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

Portaria n.º 6:587

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que a corporação encarregada do culto católico na freguesia de Candoso (Sant'Iago), concelho de Guimarães, distrito de Braga, sejam entregues, em uso e administração, a igreja paroquial com as suas dependências, adro, torre, sinos, sacristia e objectos do culto, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita, mediante inventário, pelo administrador do concelho e com intervenção das entidades a quem a sua guarda ou administração está actualmente confiada.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1930.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

Portaria n.º 6:588

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que a corporação encarregada do culto católico na freguesia de Lindoso, concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo, sejam entregues, em uso e administração, a igreja paroquial e todas as capelas públicas com suas dependências e objectos do culto e as casas da residência paroquial com os seus anexos, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita, mediante inventário, pelo administrador do concelho e com intervenção das entidades a quem a sua guarda ou administração está actualmente confiada.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará, caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1930.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

2.ª Secção

Rectificação ao decreto n.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929, publicado no *Diário do Governo* n.º 300, 1.ª série, da mesma data:

No artigo 6.º, onde se lê: «As taxas fixadas no artigo anterior são applicáveis aos produtos que forem submetidos a despacho e à gasolina, compreendidos no artigo 120.º», deve ler-se: «As taxas fixadas no artigo anterior são applicáveis aos produtos que forem submetidos a despacho e à gasolina, compreendida no artigo 120.º».

3.ª Repartição da Direcção Geral das Alfândegas. 10 de Janeiro de 1930.—O Chefe da Repartição, *António A. Curson*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Estado Maior do Exército

3.ª Direcção Geral

1.ª Repartição

2.ª Secção

Decreto n.º 17:861

Convindo organizar o ensino a ministrar às praças com o fim de as preparar e seleccionar, sob o ponto de vista de aptidão militar, para a frequência dos cursos de oficiais;

Tendo em vista reduzir ao mínimo a duração da instrução preparatória de quadros sem prejuízo da sua eficácia, e, ao mesmo tempo, aproveitar o melhor possível os elementos de que se dispõe;

Considerando que a época de funcionamento daquela instrução deve ser fixada por forma que não prejudique a vida de estudante dos mancebos a instruir;

Considerando a estreita relação que existe entre a instrução preparatória de quadros e os cursos de oficiais milicianos;

Considerando as vantagens que podem resultar para os estudantes da existência dum pequeno interregno entre o fim da frequência da Escola Preparatória de Quadros e o começo da frequência dos cursos de oficiais milicianos; e

Tendo em atenção aproveitar a época em que o funcionamento dos cursos de oficiais milicianos menos prejudica a vida das escolas práticas, pois há material utilizável para os cursos, por não haver então instrução de recruta;

Considerando que os alunos dos cursos de oficiais milicianos não devem ser promovidos directamente a alferes sem passarem pelo posto de aspirante e sem terem a sanção do serviço, feito com responsabilidade, nas tropas da sua arma, durante um certo tempo, em regime diferente do de aluno, em que as responsabilidades são atenuadas;

Considerando ainda a necessidade de definir qual a situação militar habitual e eventual dos aspirantes a oficiais e dos alunos da Escola Preparatória de Quadros e dos cursos de oficiais milicianos, quando não sejam julgados com aptidão para oficial ao terminarem, uns e outros, a frequência dos respectivos cursos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

A) Organização da Escola Preparatória de Quadros

Artigo 1.º A Escola Preparatória de Quadros, que funcionará adjunta à Escola Prática de Infantaria, tem por fim:

a) Preparar os mancebos aptos para o serviço militar, que possuam as habilitações mínimas indispensáveis para frequentar os cursos preparatórios de oficiais milicianos, com a instrução militar e com os conhecimentos gerais necessários para poderem seguir estes cursos;

b) Seleccionar os referidos mancebos, sob o ponto de vista da sua aptidão militar para oficial, e distribuí-los pelos referidos cursos.

§ 1.º Esta Escola será obrigatoriamente frequentada por:

a) Todos os indivíduos que desejem concorrer à matrícula dos diversos cursos da Escola Militar;

b) Todos os indivíduos que, ao assentarem praça, possuam pelo menos o curso completo dos liceus ou os cursos médios comerciais ou industriais.

§ 2.º Toda a instrução ministrada na Escola Preparatória de Quadros terá um carácter essencialmente práctico.

Art. 2.º A duração total da frequência da Escola Preparatória de Quadros é de nove semanas, destinadas à instrução da escola de recrutas de infantaria e ao ensino de conhecimentos e prática de exercícios que sejam de necessidade geral para todas as armas e serviço de administração militar.

Art. 3.º O ensino será baseado nas doutrinas oficiais e regulamentares, cultivando-se, juntamente com a instrução militar do aluno, o seu desenvolvimento físico e o seu carácter.

Art. 4.º O número de horas destinadas diariamente ao ensino será de seis, não devendo cada tempo de instrução prática ser superior a duas horas e cada tempo de instrução teórica ou de lições ser superior a uma hora e um quarto.

Exceptua-se o caso de exercícios exteriores, em que o tempo que lhes for destinado será função das condições em que se realizam e das distâncias a percorrer.

Art. 5.º Terminada a Escola Preparatória de Quadros os alunos que forem julgados com aptidão militar para virem a ser oficiais serão licenciados e mandados apresentar, em 15 de Novembro, nas escolas ou unidades junto das quais funcionarem os respectivos cursos de oficial miliciano.

Os que não forem julgados aptos terão o destino a que se refere o artigo 22.º e seu § único.

A classificação da aptidão dos alunos será estabelecida segundo as regras que deverão ser propostas pelo director da Escola Preparatória de Quadros, devendo porém ter-se em vista que se trata de preparar subalternos para a fileira para os quais se exigem qualidades de sangue frio e de energia, consciência firme do dever, robustez física e espírito de decisão, que, por vezes, não correspondem à maior aptidão científica ou literária, não devendo porém a necessidade desta, que aliás é variável de arma para arma, ser posta de parte, antes deve ser considerada no grau em que é necessária para o desempenho das funções que competem aos futuros oficiais.

Art. 6.º Os cursos de oficiais milicianos onde serão mandados apresentar os alunos da Escola Preparatória de Quadros julgados aptos são:

1) De infantaria, que funcionará na Escola Prática de Infantaria;

2) De artilharia de campanha (ligeira e pesada), que funcionará na Escola Prática de Artilharia;

3) De artilharia de costa, que funcionará onde for determinado;

4) De cavalaria, que funcionará na Escola Prática de Cavalaria;

5) De pioneiros de engenharia, que funcionará na Escola Prática de Engenharia;

6) De transmissões de engenharia, que funcionará na Escola de Transmissões;

7) De administração militar, que funcionará na Escola Prática de Administração Militar.

Art. 7.º A Escola Preparatória de Quadros funcionará a partir de 1 de Agosto.

Durante o período do seu funcionamento será ministrado, além da instrução de recrutas de infantaria, não incluindo a de especialistas, o ensino de:

a) Conhecimentos gerais sobre a organização do exército, disciplina e justiça militares, mobilização e educação militar;

b) Idem sobre higiene individual e colectiva em campanha e nos aquartelamentos em tempo de paz;

c) Idem sobre a organização do terreno e sobre transmissões;

d) Idem sobre topografia e sobre observação;

e) Idem sobre alimentação em campanha e sobre requisições;

f) Idem sobre substâncias explosivas e cuidados a ter no seu transporte e conservação.

E a instrução de:

a) Tiro de espingarda e de metralhadoras ligeiras;

b) Granadas e esgrima de baioneta;

c) Equitação e volteio para todos os alunos;

d) Ginástica.

Art. 8.º No final da Escola Preparatória de Quadros, os alunos julgados com aptidão militar para oficiais serão distribuídos pelos cursos de oficiais milicianos das diferentes armas e do serviço de administração militar, conforme:

a) As suas habilitações científicas mínimas para poderem frequentar os cursos preparatórios de oficiais milicianos;

b) A sua aptidão para a equitação e aptidão física em geral;

c) As necessidades de mobilização;

d) O desejo manifestado pelos alunos.

Art. 9.º As habilitações científicas mínimas que devem possuir os alunos destinados a frequentar os diferentes cursos de oficiais milicianos são:

a) Para os de cavalaria, de infantaria e do serviço de administração militar:

O curso completo dos liceus ou os cursos médios comerciais ou industriais, devendo estes últimos ter preferência para o serviço de administração militar;

b) Para os de qualquer das especialidades de artilharia:

Cursos de engenharia mecânica, electrotécnica ou químico-industrial, engenheiro agrónomo ou engenheiro geógrafo.

Doutoramento ou licenciamento nas Faculdades de Ciências das Universidades;

Curso de habilitação para o magistério secundário (ramo de ciências);

Algumas cadeiras dos cursos superiores do ramo de ciências matemáticas ou físico-químicas;

c) Para os de qualquer das especialidades de engenharia:

Um curso de engenharia professado em qualquer escola superior do país ou nas equiparadas do estrangeiro.

Art. 10.º A Escola Preparatória de Quadros depende directamente do comando da Escola Prática de Infantaria para efeitos de instrução, administração e disciplina.

Art. 11.º A Escola Preparatória de Quadros terá:

- a) Um director, official superior de qualquer arma;
- b) Os instructores;
- c) Um corpo de alunos;
- d) Um destacamento de tropas, podendo ser de todas as armas e do serviço de administração militar, durante o tempo do seu funcionamento;
- e) As instalações e dependências indispensáveis.

Art. 12.º O director da Escola Preparatória de Quadros terá, sobre todo o pessoal desta, a competência disciplinar de comandante de batalhão isolado.

Art. 13.º O director e os instructores encarregados do ensino de matérias de carácter geral, que exijam preparação especial, constituirão o quadro permanente da Escola Preparatória de Quadros.

Art. 14.º Os restantes instructores da Escola Preparatória de Quadros serão nomeados anualmente, com a devida antecedência, de preferência de entre os officiaes que constituam os quadros permanentes das escolas práticas das armas e do serviço de administração militar e das unidades ou estabelecimentos onde funcionem os cursos de officiaes milicianos.

Art. 15.º O director da Escola Preparatória de Quadros, assistido dos instructores, elaborará os planos e horários dos vários serviços escolares, tendo em consideração a seqüência do ensino que deve ser continuado e desenvolvido nas escolas práticas. Estes planos e horários, uma vez aprovados pelo comandante da Escola Prática de Infantaria, serão submetidos à apreciação das estações superiores.

O referido director é directamente responsável, para com o comandante da Escola Prática de Infantaria, pelo ensino ministrado na Escola Preparatória de Quadros, pertencendo-lhe dirigir no conjunto toda a instrução ministrada nesta Escola.

Deve juntamente com os instructores do quadro permanente preparar, no interregno em que não funcionar a Escola Preparatória de Quadros, todos os elementos necessários para assegurar a eficiência e a continuidade do ensino de ano para ano.

Art. 16.º O corpo de alunos e o destacamento de tropas terão os seus comandos.

Dêste destacamento fazem parte as praças em serviço na Escola (que não sejam alunos) e as adidas e os soltipes pertencentes à Escola e adidos.

Art. 17.º Haverá um parque onde será arrecadado o material destinado à instrução dos alunos.

Um official será especialmente responsável, perante o conselho administrativo da Escola Prática de Infantaria, pela carga dêste material e sua conservação em arrecadação, pertencendo aos instructores a responsabilidade do material utilizado na instrução e do estado em que entra em arrecadação.

Art. 18.º O director e instructores que constituem o quadro permanente da Escola Preparatória de Quadros e os outros officiaes dêsse quadro desempenharão nos interregnos do funcionamento desta Escola, além dos serviços a que se referem os artigos 15.º, 16.º e 17.º, outros serviços, embora estranhos à Escola Preparatória de Quadros, para que forem nomeados pelo comandante da Escola Prática de Infantaria ou pelo Ministério da Guerra.

Art. 19.º O regime para os alunos da Escola Preparatória de Quadros é o de internato.

Art. 20.º Os alunos da Escola Preparatória de Quadros serão graduados em segundos sargentos e terão a designação de segundos sargentos graduados, cadetes.

§ único. Os alunos que tenham já o posto de primeiro ou segundo sargento ao ingressar na Escola Preparatória de

Quadros terão a designação de primeiros ou segundos sargentos cadetes.

Art. 21.º Os vencimentos dos segundos sargentos graduados, cadetes, na Escola Preparatória de Quadros, serão fixados tendo se em conta que o Estado lhes fornece alimentação e alojamento.

Art. 22.º Os alunos da Escola Preparatória de Quadros perdem a designação de cadete, e as regalias e vencimentos correspondentes, logo que sejam considerados inaptos para a frequência dos cursos de official miliciano.

Destes, os que tiverem ainda aptidão para sargento serão mandados apresentar nas unidades de infantaria, onde serão mandados licenciar, no posto de segundo sargento miliciano, no fim de dezasseis semanas úteis de serviço efectivo, salvo se as necessidades do quadro permanente os obrigarem a maior permanência, caso em que permanecerão nesse serviço nas mesmas condições de tempo e de lugar a que estiverem sujeitas as demais praças da sua classe de mobilização.

Aqueles que não tiverem aptidão para sargento regressam à graduação em que tiverem ingressado na Escola Preparatória de Quadros, devendo ter passagem a unidades de infantaria, onde prestarão serviço efectivo durante dezasseis semanas úteis, sendo então licenciados, salvo o caso de as necessidades do quadro permanente exigirem a sua continuação neste serviço, devendo então prestá-lo nas mesmas condições a que estiverem sujeitas as demais praças da sua classe de mobilização.

§ único. Os alunos oriundos do Colégio Militar e dos Pupilos do Exército conservam, no primeiro caso, o posto que tinham ao ingressar na Escola Preparatória de Quadros e a designação de cadetes, dando-se o mesmo com os sargentos de qualquer outra proveniência, os quais perdem porém esta designação, regressando uns e outros a uma unidade da sua arma, onde só poderão ser licenciados no fim de dezasseis semanas úteis de serviço efectivo, contadas após a frequência da Escola Preparatória de Quadros.

Art. 23.º Os alunos que sejam considerados com aptidão militar para virem a ser officiaes e desejem concorrer à matrícula da Escola Militar serão mandados apresentar oportunamente nesta Escola.

Quando sejam admitidos à matrícula ficam dispensados da frequência dos cursos de officiaes milicianos; no caso contrário deverão ir frequentar êsses cursos.

Art. 24.º Os mancebos destinados à Escola Preparatória de Quadros podem, nos termos da lei n.º 1:466, de 18 de Agosto de 1923, adiar a frequência desta Escola.

§ único. Esta regalia é extensiva aos alunos dos cursos médios comerciais e industriais, nos mesmos termos em que é concedida aos alunos das escolas superiores.

Art. 25.º A frequência dos cursos de officiaes milicianos, a que se refere o artigo 8.º, ou o serviço efectivo em unidades de infantaria, a que se refere o artigo 22.º, podem, a requerimento do interessado, ser adiadas nos termos da lei n.º 1:466, de 18 de Agosto de 1923.

Art. 26.º São dispensadas da frequência da Escola Preparatória de Quadros as praças do quadro permanente nas condições de a frequentarem que, não sendo sargentos cadetes, declarem desejar continuar a fazer parte dêsse quadro e por êle ascenderem, desde que isto lhes seja autorizado.

§ único. As praças nas condições do presente artigo manter-se hão obrigatoriamente no serviço efectivo durante, pelo menos, quinze meses.

Art. 27.º Os alunos da Escola Preparatória de Quadros que quando nela ingressarem não forem sargentos, e desejarem continuar a fazer parte do quadro permanente e por êste ascenderem e isto lhes seja autorizado, regressam à graduação com que ingressaram nesta Escola, sendo mandados apresentar:

- a) Em uma unidade da sua arma ou do serviço de

administração militar se, anteriormente ao ingresso na Escola Preparatória de Quadros, eram praças prontas da instrução da respectiva escola de recrutas;

b) Em uma unidade de infantaria se eram recrutas.

§ único. As praças nas condições do presente artigo manter-se hão obrigatoriamente no serviço efectivo durante, pelo menos, quinze meses, contando-se neste tempo a frequência da Escola Preparatória de Quadros.

B) — Organização dos cursos de oficiais milicianos

Art. 28.º Os alunos da Escola Preparatória de Quadros, que foram classificados com aptidão para oficial, serão presentes em 15 de Novembro nas escolas práticas e nas unidades e estabelecimentos onde funcionarem os cursos de oficiais milicianos, para que tenham sido classificados e distribuídos por aquela Escola.

§ único. A requerimento dos interessados, essa apresentação pode ser adiada nos termos da lei n.º 1:466, de 18 de Agosto de 1923.

Art. 29.º Os cursos de oficiais milicianos são os seguintes:

a) De infantaria, que funcionará na Escola Prática de Infantaria;

b) De artilharia de campanha (pesada ligeira), que funcionará na Escola Prática de Artilharia;

c) De artilharia de costa, que funcionará onde fôr determinado;

d) De cavalaria, que funcionará na Escola Prática de Cavalaria;

e) De pioneiros de engenharia, que funcionará na Escola Prática de Engenharia;

f) De transmissões de engenharia, que funcionará na Escola de Transmissões;

g) Do serviço de administração militar, que funcionará na Escola Prática de Administração Militar.

Art. 30.º A duração total de cada um dos cursos de oficiais milicianos, a que se refere o artigo 29.º, será de dezasseis semanas úteis, a contar de 16 de Novembro.

Art. 31.º Sob o ponto de vista de instrução a ministrar nos cursos de oficiais milicianos, o período total de dezasseis semanas, a que se refere o artigo 30.º, será dividido em dois sub-períodos:

a) Sub-período das primeiras doze semanas, destinado ao ensino prático dos conhecimentos indispensáveis ao oficial miliciano da arma respectiva ou serviço de administração militar;

b) Sub-período das últimas quatro semanas, destinado ao ensino complementar e à prática do comando e serviço de tropas.

Art. 32.º Os alunos dos cursos de oficiais milicianos que foram julgados, no final desses cursos, com aptidão para oficiais milicianos serão promovidos a aspirantes a oficial miliciano.

Art. 33.º Os alunos dos cursos de oficiais milicianos, durante a frequência destes cursos, estão sujeitos ao que estiver estabelecido para a Escola Preparatória de Quadros, sobre vencimentos, alimentação, alojamento e serviços que podem e devem desempenhar. Durante a frequência desses cursos, conservam os postos ou a graduação e a designação de cadetes, com que vieram da Escola Preparatória de Quadros.

Art. 34.º Os alunos dos cursos de oficiais milicianos que não forem julgados, no final desses cursos, com aptidão para oficial miliciano, quer por não terem adquirido os conhecimentos necessários, quer por não terem as necessárias qualidades para oficial, serão promovidos definitivamente a segundos sargentos milicianos da arma, especialidade ou serviço de administração militar cujo curso de oficial miliciano frequentarem.

§ único. Os alunos que ao ingressarem na Escola Preparatória de Quadros eram primeiros ou segundos sar-

gentos, conservam, no caso previsto neste artigo, o seu posto (com a designação de cadete se já então a tinham), mas passam à arma ou especialidade de arma ou serviço de administração militar conforme o curso de oficial miliciano que tenham frequentado.

Art. 35.º Os aspirantes a oficial miliciano só são promovidos a alferes miliciano depois de terem desempenhado efectivamente três meses de serviço nesse posto, nas tropas da sua arma ou do serviço de administração militar, quer nas unidades, quer nas escolas práticas, com boas informações dos respectivos comandantes.

§ único. São mobilizáveis como subalternos uma vez promovidos a aspirantes a oficial miliciano.

Art. 36.º A antiguidade entre oficiais milicianos do mesmo posto, ou entre aspirantes a oficial miliciano, será referida à data em que terminaram com aproveitamento o curso de oficial miliciano respectivo tornando-se a classificação final obtida nesse curso para base da antiguidade relativa entre aqueles que o terminem na mesma data.

Art. 37.º Aos alunos dos cursos de oficiais milicianos que ao ingressarem na Escola Preparatória de Quadros fôrem sargentos será adiada a sua promoção a aspirante a oficiais milicianos quando desejem continuar a fazer parte do quadro permanente e por ele ascenderem, e isso lhes seja permitido.

Neste caso serão promovidos a aspirantes a oficiais milicianos quando forem licenciados e não tiverem ascendido no quadro permanente a posto igual ou superior.

Art. 38.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Janeiro de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz* — *Luís Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *Hamilcar Barcino Pinto* — *Luís António de Magalhães Correia* — *Jaime da Fonseca Monteiro* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Vitor Hugo Duarte de Lemos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão Central e de Estudos

Secção de Expediente

Por ter saído com inexactidões o decreto n.º 16:019, publicado no *Diário do Governo* n.º 235, 1.ª série, de 12 de Outubro de 1928, se publica a seguinte rectificação:

Artigo 2.º Onde se lê: «poderá», deve ler-se «deverá».

Lisboa, 10 de Janeiro de 1930. — O Director Geral, *A. F. Sousa Rêgo*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho de Administração da Extinta Bólsa Agrícola

Decreto n.º 17:862

Tendo-se verificado por repetidas análises que o azeite da última colheita acusa uma alcalinidade superior